



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**Segundo Relatório do Marp:
um Contributo na Construção da Narrativa Sócio Histórica Recente
de Moçambique**

Intervenção de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, na Cerimónia de Lançamento do Segundo Relatório de Avaliação de Moçambique no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP).

Maputo, aos 9 de Maio de 2019

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Senhor Presidente MARP;

**Senhora Embaixadora Mona Attia, Membro do Painel de Personalidades
Eminentes do MARP;**

Senhora Governadora da Cidade do Maputo;

Senhores Membros do Conselho de Ministros;

Senhores Membros do Corpo Diplomático acreditados em Moçambique;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Passam hoje, precisamente, 3 meses desde que nos reunimos, em formato mais alargado, em Addis Abeba, por ocasião da vigésima oitava cimeira do MARP, ocasião em que manifestamos o nosso maior apreço pelo excelente trabalho, que tem sido desenvolvido pelo Painel de Personalidades Eminentes do MARP na avaliação dos países membros.

Portanto, e ainda inspirados por aquele evento, temos a honra e satisfação de desejar calorosas boas vindas a esta rica plateia, que ocorreu ao Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano para participar nesta cerimónia de lançamento do Segundo Relatório de Avaliação no contexto do Mecanismo Africano de Revisão de Pares, o MARP.

O relatório da segunda avaliação que é, hoje, lançado satisfaz a nossa expectativa neste mecanismo como barómetro e incentivador de melhorias na nossa governação.

O relatório é o espelho de quanto o nosso país evoluiu em matéria de boa governação desde 2006, aquando da primeira avaliação.

Ao aceitar submeter-se à segunda avaliação, fruto da qual temos o presente relatório, Moçambique fez-se pioneiro na África Austral na implementação deste Mecanismo, sendo, igualmente, o primeiro país entre os países membros do MARP, a realizar este exercício, a par do Uganda e do Quénia, facto que atesta a nossa vontade política, o compromisso e a abertura ao escrutínio pelos nossos concidadãos e pares, também como parte da cultura política que estamos a consolidar através do diálogo e da inclusão.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Transcorrido todo este tempo da sua vigência, apraz-nos constatar que esta iniciativa, sublime e única, na sua metodologia, tem-nos proporcionado

gratificantes e encorajadoras lições de boa governação, como um processo pragmático e sustentável porque endógeno e voluntário.

Neste processo temos, igualmente, colhido lições importantes e únicas sobre o crescimento e desenvolvimento económico, bem assim da consolidação do Estado de Direito Democrático e das suas respectivas instituições.

O MARP muito contribuiu para a mudança de importantes aspectos da abordagem africana de governação que deixa de incidir nos governantes, para passar a atribuir maior relevância a todos os demais actores sociais, como parte importante e imprescindível para induzir as mudanças que se impõem numa governação, verdadeiramente, democrática.

Esta iniciativa africana teve, também, o mérito de incorporar importantes aspectos da nossa cultura e tradição na sua concepção e metodologia: referimo-nos à cultura do diálogo.

Um outro facto de que nos orgulhamos, nesta segunda avaliação, é que ela contribuiu muito para o aperfeiçoamento dos processos e mecanismos de interacção e consulta entre os diversos actores da sociedade, desde o simples cidadão, instituições e quadros do Governo, do Judiciário, organizações da sociedade civil e o sector privado, importante parceiro do Governo na construção do desenvolvimento por que lutamos.

Mais importante do que isso é que lográmos transmitir, através de acções concretas, o nosso compromisso com a democracia participativa e com a boa governação.

Não é por acaso que fizemos referência a algumas figuras no contexto da democracia participativa e boa governação, o que é sinónimo do compromisso das mesmas com a causa nacional que se revê no MARP!

Não é por acidente, também, que organizações da sociedade civil e demais actores engajaram-se de espírito aberto, contribuindo com propostas

concretas na governação, em diferentes etapas da 2ª avaliação do País, o que enriquece o debate pluralista sobre as questões nacionais e alarga o escopo na busca de soluções para os seus principais desafios.

Queremos saudar, ainda, pelo sinal de confiança entre as partes que emitiram pontos de vista em prol de uma efectiva consolidação dos processos de governação, num espírito de conjunto e de pertença ao mesmo destino.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Afigura-se importante que tenhamos sempre em mente que a essência do MARP é garantir que os países que a ele aderiram estejam, integralmente, identificados e comprometidos com os princípios, prioridades e objectivos de boa governação política e económica, pelos quais pugna a nossa organização, a União Africana.

Cientes destes pressupostos temos vindo a envidar esforços com vista a elevar os níveis e práticas que conduzam à estabilidade e inclusão política, elevado crescimento económico, desenvolvimento acelerado e sustentável.

O nosso Programa Quinquenal incorporou parte das recomendações do 1º Relatório de Avaliação e os desafios identificados nas diversas áreas temáticas do MARP.

Não temos poupado esforços para fazer face a estes mesmos desafios. A título ilustrativo, no contexto da construção do Estado de Direito Democrático, estamos empenhados em aperfeiçoar as instituições, mecanismos e processos de gestão eleitoral, tornando-os mais eficientes, transparentes e credíveis para maior justiça eleitoral.

Foi neste contexto que realizámos, recentemente, eleições para os Conselhos Autárquicos e nos preparamos para a realização das Sextas

Eleições Presidenciais, Legislativas e para as Assembleias Provinciais, a 15 de Outubro próximo.

Para assegurar maior participação de todos os cidadãos em idade eleitoral neste processo que se pretende de democratização em ambiente multipartidário, demos início ao Recenseamento Eleitoral que terminará a 30 de Maio corrente.

Entretanto, a Assembleia da República de Moçambique aprovou, por unanimidade, o Pacote Legislativo para a Descentralização, abrindo caminho para a eleição directa, pela primeira vez na História de Moçambique, dos governadores provinciais.

Temos defendido a relação intrínseca entre paz, democracia e desenvolvimento como princípio universal, mas valorizando, em primeira mão, a nossa própria experiência.

O facto é que sem paz não há desenvolvimento, sem desenvolvimento não há paz e, sem democracia, não há nem paz, nem desenvolvimento real e sustentável. E este foi o nosso o compromisso de resgatar a paz duradoura, efectiva e sustentável para Moçambique.

No âmbito económico, o nosso Governo tem estado a implementar reformas sucessivas e sistemáticas, marcadas pelo reforço da gestão das finanças públicas, através do incremento de níveis de eficácia e eficiência da administração fiscal e aduaneira.

Pretendemos com estas medidas incrementar a arrecadação da receita fiscal e o gradual aumento da receita interna, como factor impulsionador do desenvolvimento económico.

Não obstante as restrições orçamentais e a fragilidade da nossa economia, agravadas por uma conjuntura económica desfavorável e as calamidades naturais, o Governo tem mantido o seu foco no investimento social, como

forma de reduzir a vulnerabilidade e estimular o crescimento socioeconómico, canalizando recursos para áreas prioritárias como a saúde, educação, agricultura, energia e infraestruturas.

Os recentes eventos climáticos que afectaram de forma, particularmente, agressiva o nosso país, os ciclones IDAI e KENNETH, respectivamente, provocaram danos humanos irreparáveis, prejuízos materiais e financeiros avultados para o nosso país e um grande retrocesso na nossa caminhada rumo ao progresso e bem-estar.

Mais do que inviabilizar a realização do Programa Quinquenal do nosso Governo, estes ciclones impeliram-nos a tomar medidas mais contundentes, no capítulo da adaptação às mudanças climáticas e mitigação dos seus efeitos. Isto significa, por um lado, pautar por políticas mais acertadas de ordenamento territorial, mobilizar recursos, criar instituições e mecanismos de gestão de calamidades naturais.

Ilustres Convidados,

Tive a oportunidade de presidir a cerimónia de apresentação dos resultados definitivos do Quarto Recenseamento Geral da População e Habitação.

Este instrumento, a par do relatório de avaliação do MARP, que temos, hoje, o ensejo de lançar, constitui importantes ferramentas de planificação e execução da nossa acção governativa.

Estamos certos de que são, igualmente, instrumentos importantes para as actividades que as organizações da sociedade civil têm desenvolvido nas suas diferentes esferas de actuação.

Outrossim, defendemos que o ser humano é o maior e principal activo nacional, pelo que qualquer empreitada em qualquer domínio passa, necessariamente, pelo melhor uso que soubermos fazer deste precioso

recurso. Passa, igualmente, por usar este capital para a disseminação deste Segundo Relatório de Avaliação do MARP para juntos reflectirmos sobre estes resultados como produto do nosso labor colectivo.

Certamente que há muitas ilações por tirar, experiências por replicar e desafios por superar que o Fórum Nacional do MARP e outros actores envolvidos irão liderar o processo da sua concretização.

Como Governo, continuaremos a tomar em consideração na nossa actividade, as recomendações do Painel de Personalidades Eminentes do MARP inseridas no relatório de avaliação e, no espírito que tem caracterizado este processo no nosso País, vamos prestar o apoio necessário para o acompanhamento da implementação do Programa Nacional de Acção do MARP.

Ao Painel, apelamos que ao elaborarem Relatórios desta natureza obedçam, estritamente, os procedimentos de pesquisa e recolha de dados condicentes com a realidade do momento, para não continuarmos a correr o risco de nos reportarmos a situações ultrapassadas que tenham o potencial de desmobilizar os actores primários que é o próprio povo e, por vezes, descontextualizados a nível nacional.

Esperamos que as organizações da sociedade civil e os demais actores que, igualmente, têm responsabilidades na implementação do Programa Nacional de Acção do MARP prossigam pelo mesmo caminho.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É nossa convicção profunda que o MARP é um mecanismo introspectivo, por excelência, que concorre para a melhoria da governação política e económica do País, em prol do nosso objectivo prioritário que é o bem-estar das nossas populações e a promoção da Paz e harmonia social.

Com o MARP crescemos, resolvemos muitos problemas e desafiámo-nos a responder às adversidades naturais e vicissitudes deste processo evolutivo, sem fim. Por isso, gostaríamos de usar este momento auspicioso, para agradecer pelo apoio que nos é concedido pelos Parceiros de Cooperação Internacional, Secretariado Continental do MARP e pelo Painel de Personalidades Eminentes do MARP para a materialização deste exercício.

É nosso desejo e objectivo estratégico que todas forças da sociedade mantenham viva a consciência pública sobre o MARP e o seu espírito didático e interactivo, com vista a não se perderem os ganhos alcançados, desde o início da sua implementação em Moçambique.

Para terminar, reitero o meu compromisso de fazer do MARP um farol que ilumina a nossa governação rumo aos mais nobres e verdadeiros anseios do nosso Povo.

Espero continuar a contar com este mecanismo e com todos os parceiros nele envolvidos para que trabalhemos, já, sobre os resultados positivos e mudanças de impacto que darão corpo aos relatórios de avaliação futuros!

Muito Obrigado pela atenção dispensada!